



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

PROGRAMA DE  
COMPONENTE  
CURRICULAR

Unidade: Faculdade de Direito		Departamento: DIREITO PRIVADO	
COMPONENTE CURRICULAR			
CÓDIGO	NOME		
DIRA 01	TEORIAS DO DIREITO E JUSTIÇA		

CARGA HORÁRIA				MÓDULO			CURSO(S)	ANO VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	Mestrado/	2016.1
			68					

#### EMENTA

O problema do Conhecimento Jurídico. Ontologia Jurídica. Gnoseologia Jurídica. Epistemologia Jurídica. Axiologia Jurídica. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Teoria da Relação Jurídica. Teoria da Interpretação Jurídica. Teoria da Argumentação Jurídica. Jusnaturalismo. Positivismo Jurídico. Pós-Positivismo Jurídico. Concepções contemporâneas do Direito e da Justiça.

#### OBJETIVOS

##### OBJETIVOS GERAL:

Examinar e debater os pressupostos, os caracteres e as categorias dos novos paradigmas de conhecimento jurídico, bem como seus reflexos na configuração atual da Teoria do Direito e da Justiça.

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- situar a importância da disciplina no quadro geral do conhecimento jurídico;
- examinar os fundamentos filosóficos da Teoria Geral do Direito;
- descrever as teses fundamentais das Escolas do Pensamento Jurídico;
- diferenciar as diversas propostas de teorização da Justiça.

### CONTEÚDOS

Fundamentos da Teoria do Conhecimento. Tipologias de Conhecimento Jurídico. Ciência e Filosofia do Direito. Campos da Jusfilosofia. Fundamentos da Teoria Geral do Direito. Escolas do Pensamento Jurídico. Teorias da Justiça.

### METODOLOGIA / AVALIAÇÃO

Organização de seminários, apresentação de fichamentos, elaboração de monografias e produção de artigos científicos.

### BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2001.

BOBBIO, Norberto. Teoria generale del derecho. Santa Fé de Bogotá: Editorial Temis, 1999b.

CANARIS, Claus Wilhelm. Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito. Tradução de A. Menezes Cordeiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

CARRIÓ, Genaro. Notas Sobre Derecho Y Lenguaje. 4ª Ed., Buenos Aires: Abeledo:Perrot, 1994.

COSSIO, Carlos. La valoración jurídica y la ciencia del derecho. Buenos Aires: Ediciones Arayú, 1954.

DEL VECCHIO, Giorgio. Lições de filosofia do Direito. Tradução de Antonio José Brandão. 4. ed., Coimbra: Armênio Amado, 1972.

DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENGISCH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

GARGARELLA, Roberto. As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUASTINI, Riccardo. Teoria e dogmática delle fonti. Milano: Giuffrè, 1998.

GUIBOURG, Ricardo A. et al. Introduccion al conocimiento científico. Buenos Aires: Editoria Universitaria de Buenos Aires, 1996.

HABERMAS, Jünger. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 7º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LARENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

LUHMANN, Niklas. El derecho de la sociedad. México, D.F.:Universidad Iberoamericana, 2002.

MIAILLE, Michel. Introdução Crítica ao Direito. Lisboa: Estampa, 1994.

NINO, Carlos, Santiago. Consideraciones sobre la Dogmática Jurídica. México: UNAM, 1974.

PALMER, Richard E. Hermenêutica. Lisboa: Edições 70, 1999.

RAWLS, John. A Theory of Justice, Revised Edition. Harvard University Press, 1999.

ROSS, Alf. Sobre El Derecho Y La Justicia. 2ª Ed., Buenos Aires: Editorial Universitaria De Buenos Aires, 1997.

SICHES, Luís Recasens. Tratado general de filosofía del derecho. México: Editorial Porrúa, 1959.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. *Elementos de Teoria Geral do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2015.

VIEHWEG, Theodor. Tópica e jurisprudência. Brasília-DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.

Programa de componente curricular proposto na reunião  
do Departamento, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Programa de componente curricular aprovado na  
reunião do Colegiado de Curso, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Chefe do Departamento

(assinatura e carimbo)

Coordenador do Colegiado

(assinatura e carimbo)